



Associação das Universidades de Língua Portuguesa

XXI Encontro  
da Associação das Universidades  
de Língua Portuguesa

Bragança, Portugal 2011

**Ficha Técnica**

**Título**

NOVAS FORMAS DE COOPERAÇÃO: ESPAÇOS DE CONVERGÊNCIA NOS PAÍSES LUSÓFONOS  
XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Editor**

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

**Coordenação Editorial**

Teresa Botelho

**Secretariado Executivo, Organização e Revisão dos Textos**

Teresa Botelho / João Guerreiro

**Capa / Arranjo Gráfico**

Helder Rodrigues (Universidade do Algarve)

**Impressão e Acabamento**

Clio - Artes Gráficas, Lda.

**Tiragem**

500 Exemplares

**ISBN**

978-989-8271-05-1

**Depósito Legal**

344903 / 12

---

Todos os artigos deste edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Implementação de Programas de Formação Conjunto entre Instituições de Ensino Superior, Nacionais e Estrangeiras: Estudo de Caso do IPB <i>Ana Paula Monte, Paula Odete Fernandes</i> . . . . .	159
TI: Formação em Enfermagem em Cabo Verde: uma Experiência de Cooperação <i>Aida Cruz Mendes, Maria da Conceição Bento</i> . . . . .	171
Políticas Públicas para a Conservação e Uso da Biodiversidade no Brasil <i>Paulo Kageyama</i> . . . . .	183

### **TEMA C - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA MODALIDADES DE COOPERAÇÃO E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO**

Aspectos da Investigação Científica no Brasil <i>Fernando Ferreira Costa</i> . . . . .	199
Universidade 11 de Novembro Diante das Oportunidades de Cooperação no Espaço Lusófono <i>Kianvu Tamo</i> . . . . .	203
Modalidades de Cooperação e Programas de Financiamento <i>Mohamed Harun, Horácio F. Zimba</i> . . . . .	209

### **TEMA D - TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARQUES TECNOLÓGICOS, INCUBADORAS E EMPREENDEDORISMO**

O Papel da Universidade na Transferência de Conhecimento <i>João S. Teta</i> . . . . .	231
Vinculação e Transferência de Conhecimento: Reflexões sobre o Caso da Uni-CV <i>José Alexandre Oliveira Vera-Cruz</i> . . . . .	237

### **TEMA C E D - COMUNICAÇÕES LIVRES**

A política de Cooperação Internacional Portuguesa na Vanguarda do Sector Educativo em Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau: 1998-2008 <i>Raquel Marília Tavares Faria</i> . . . . .	257
A Construção Social: Investigação Tradicional e os Novos Desafios <i>Cândido do Carmo Azevedo</i> . . . . .	271

# Implementação de Programas de Formação Conjunto entre Instituições de Ensino Superior, Nacionais e Estrangeiras: Estudo de Caso do IPB

Ana Paula Monte<sup>1,2</sup>

Paula Odete Fernandes<sup>1,2</sup>

Com o presente trabalho pretende-se relatar as experiências de 'sucesso' desencadeadas e implementadas pelo IPB ao nível de estabelecimento de parcerias com outras Instituições de Ensino Superior (IES) para a atribuição de graus académicos conjuntos e criação de planos curriculares de 1.º e 2.º ciclo de estudos, bem como aduzir algumas dificuldades encontradas na fase de implementação desses programas de formação e discutir a possibilidade de desenvolvimento e implementação de novas parcerias com IES de Países de Língua Portuguesa e o IPB.

A crescente globalização das economias a nível mundial justifica, hoje em dia, a cooperação entre Instituições de Ensino Superior (IES), nacionais e internacionais, para desenvolver e implementar programas de formação conjuntos de modo a formar profissionais com perfis idênticos e que respondam eficiente e eficazmente aos novos desafios na competitividade das organizações, públicas e privadas.

Acresce ainda que, a cooperação a este nível vai beneficiar quer os estudantes, quer os docentes, permitindo-lhes enriquecer a sua formação académica e pessoal, pelo contacto com diferentes métodos de aprendizagem e investigação, num contexto multicultural e, eventualmente, multinacional. Estas parcerias visam solidificar a competitividade das instituições envolvidas e criar sinergias nas vantagens comparativas e competitivas.

Neste contexto, o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) tem vindo a desenvolver e estabelecer parcerias com outras IES para a criação de planos curriculares de 1.º e 2.º ciclo de estudos, conducentes à atribuição de graus académicos conjuntos. Esta dinâmica vem em conformidade com o Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho, que permite às IES nacionais a associação com outros estabelecimentos de Ensino Superior, nacionais ou estrangeiros, para a realização de ciclos de estudos conducentes aos graus e diplomas.

Deste modo, pretende-se com o presente trabalho: (i) relatar as experiências de 'sucesso' desencadeadas e implementadas pelo IPB neste domínio, bem como aduzir algumas dificuldades encontradas na fase de implementação destes programas de formação; (ii) discutir a possibilidade de desenvolvimento e implementação de parcerias com IES de Países de Língua Portuguesa e o IPB, visando a atribuição de graus académicos conjuntos.

<sup>1</sup> Docentes do Instituto Politécnico de Bragança; Campus de Sta. Apolónia; 5301-857 Bragança, Portugal.

<sup>2</sup> Investigadoras do NECE - Núcleo de Estudos em Ciências Empresariais da UBI; Covilhã, Portugal.

Para tal estruturou-se da seguinte forma: numa primeira secção apresenta-se o enquadramento legislativo para a cooperação entre IES; posteriormente relatam-se as experiências de sucesso de cooperação do IPB, no espaço nacional e europeu; no terceiro ponto apresentam-se as oportunidades de desenvolvimento de implementação de parcerias com IES de Países de Língua Portuguesa e o IPB; e, por último apresenta-se uma síntese do presente artigo.

## 1. Cooperação entre IES: Enquadramento Legislativo

Procurando responder às necessidades da globalização e uniformização de ciclos de estudos no espaço europeu, o Estado Português aprovou, em 2005, uma nova Lei de Base do Sistema Educativo que 'revolucionou' o sistema instituído até então. Este novo sistema consagrou, entre outros aspectos, a adopção de um modelo organização do Ensino Superior em 3 ciclos e a adopção do sistema europeu de créditos curriculares (ECTS - *European Credit Transfer and Accumulation System*) baseada no trabalho dos estudantes.

Na sequência desta, foi publicado o Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho, que no seu Capítulo VI "consagra a faculdade de associação dos estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros, para a realização conjunta de ciclos de estudos, e estabelece as regras a que está sujeita a atribuição de graus ou diplomas nesse quadro, prevendo expressamente a possibilidade de atribuição de diplomas conjuntos. Estabelece-se, assim, um quadro jurídico para o desenvolvimento de projectos de ensino em rede e para o estabelecimento de parcerias internacionais, geradores de sinergias entre as instituições e optimizadores da utilização dos recursos existentes", (DL n.º 74/2006 de 24 de Março).

Neste sentido os artigos 41º e 42º estipulam que a atribuição de graus e diplomas em associação pode assumir uma das seguintes possibilidades:

- a) Apenas por um dos estabelecimentos;
- b) Por cada um dos estabelecimentos, separadamente;
- c) Por todos os estabelecimentos em conjunto."

Ainda, de acordo com o artigo 43º, e no caso de as instituições optarem pela atribuição do diploma, separadamente, por cada estabelecimento a sua titulação será feita através de um documento emitido por cada um dos estabelecimentos; por outro lado, se optarem pela atribuição do grau e diploma por todos os estabelecimentos em conjunto, os mesmos serão titulados através de um documento único subscrito pelos órgãos legal e estatutariamente competentes de todos os estabelecimentos. Em qualquer das situações, quanto às alternativas de atribuição de graus e diplomas conjuntos, a emissão dos documentos serão acompanhados do suplemento ao diploma nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

## 2. Oportunidades de Cooperação: Estudo de Caso IPB

Em sequência da legislação aprovada e referida no ponto anterior, o Instituto Politécnico de Bragança tem vindo a desenvolver diversos esforços para responder a estes novos desafios.

Assim, na presente secção pretende-se descrever algumas parcerias e cooperações entre o IPB e IES nacionais e estrangeiras.

## 2.1 Panorama Actual

Fazendo uma análise à tabela seguinte pode constatar-se, à data de Julho de 2011, que o IPB desenvolveu uma parceria internacional, com 5 parceiros europeus, para a atribuição de grau conjunto em *International Business Management* (IBM), ao nível do 1.º ciclo, estando envolvida a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPB, que actualmente se encontra parcialmente implementado, isto é, encontra-se em funcionamento, simultaneamente, em 3 Instituições: College of Social Sciences (Lituânia); University din Pitesti (Roménia); e no IPB (Portugal). A proposta deste Curso Europeu, Licenciatura em Gestão de Negócios Internacionais, emergiu de um projecto internacional financiado por fundos europeus do Programa SÓCRATES/ERASMUS (projecto n.º 219410-IC-1-2005-1-LT-ERASMUS-PROGUC-1) que visou desenvolver um curso ao nível do 1.º ciclo de carácter europeu, uma Licenciatura conjunta em Gestão de Negócios Internacionais - *Joint Degree in International Business Management*. Fizeram parte deste projecto os seguintes parceiros: Escola Superior de Tecnologia e de Gestão do Instituto Politécnico de Bragança (Portugal); College of Social Sciences (Lituânia); University din Pitesti (Roménia); WSINF College of Computer Science (Polónia); Stirling University/Cumbernauld College (Reino Unido); e Rezeknes Augstskola Faculty of Economics (Letónia), (<http://www.jodee.eu>; <http://www.ipb.pt>). Este curso, de cariz verdadeiramente Europeu, enquadrado na filosofia de ensino superior preconizada pela Declaração de Bolonha, garante um plano curricular harmonizado entre as diferentes instituições e está a ser implementado simultaneamente em 3 das instituições parceiras assumindo-se a mobilidade de alunos e docentes como um pressuposto essencial para o sucesso do projecto. A dimensão supranacional do projecto - tanto em termos docentes, pertencentes às diferentes instituições de ensino superior europeias, como discentes - implica, desta forma, a adopção de uma linguagem comum internacionalmente aceite - o inglês. Pretende-se assim eliminar todos os obstáculos de mobilidade associados a programas de estudo com alguma vertente internacional. A criação deste curso justificou-se pela crescente globalização das economias de todos os países, nomeadamente os envolvidos neste projecto, e da necessidade dos profissionais da gestão adquirirem competências e conhecimentos que lhes permita actuar em mercados globalizados. Assim, pretende-se formar e preparar especialistas qualificados capazes de criar um negócio ou trabalhar em ambientes multiculturais e internacionais e utilizar os conhecimentos mais recentes neste domínio; bem como ampliar as oportunidades de emprego para os formados através do provimento de capacidades, conhecimentos e competências para os negócios internacionais. A filosofia deste curso europeu consiste em oferecer um plano curricular comum nas várias instituições europeias. Os alunos frequentam o 1º ano do plano curricular na instituição de origem e o 2.º e 3.º anos curriculares nas outras instituições europeias. A título de exemplo, os alunos portugueses frequentam o 1º ano curricular do curso em Portugal, na Escola Superior de Tecnologia e de Gestão do Instituto Politécnico de Bragança; os 2.º e 3.º anos curriculares serão frequentados em duas das outras instituições que integram o projecto. Este procedimento aplica-se às demais instituições. Tendo por base esta filosofia de mobilidade pretende-se por um lado não só cumprir com a legislação implementada nalguns países parceiros bem como fomentar a mobilidade

e contribuir para o desenvolvimento das várias culturas nacionais permitindo aos futuros formandos um enriquecimento pessoal e uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação à mudança. Os alunos, que finalizem com sucesso o curso, recebem um diploma subscrito por todos os estabelecimentos de ensino envolvidos.

Ao nível do 2.º ciclo verifica-se um maior número de parcerias, a destacar os Mestrados em Gestão das Organizações (MGO), Contabilidade e Finanças (MCF), Logística (MLOG), Farmácia e Química de Produtos Naturais, Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, Desenvolvimento Humano e Saúde, Agro ecologia e Farmácia e Química de Produtos Naturais. Estes 2 últimos resultaram de parcerias internacionais com países Europeus e da América Latina, os restantes são parcerias entre IES nacionais. De salientar que, dos cursos de 2.º ciclo apresentados apenas 4 ainda estão na fase de implementação e acreditação, os restantes encontram-se em funcionamento efectivo.

Estes cursos de mestrado envolvem docentes das seguintes escolas do IPB: Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTIG); Escola Superior de Saúde (ESSa); Escola Superior Agrária (ESA) e Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (EsACT).

os futuros formandos  
tação à mudança. Os  
r todos os estabeleci-

car os Mestrados em  
i (MLOG), Farmácia e  
Desenvolvimento Hu-  
s 2 últimos resultaram  
stantes são parcerias  
enas 4 ainda estão na  
ramento efectivo.  
o IPB: Escola Superior  
uperior Agrária (ESA) e

**Tabela 1:** Graus Conjuntos ministrados no IPB com IES Nacionais/Internacionais.

IPB/Escolas	Ciclo de Estudos	Curso	Parceiros do IPB	Início do Processo	Submissão à DGES	Estado Actual
ESTIG	1.º Ciclo	IBM	IPB (PT); College of Social Sciences (LT); University din Pitesti (RO); WSINF College of Computer Science (PL); Stirling University (UK); e Rezeknes Augstskola Faculty of Economics (LV).	2006	2008	Implementado (Parcialmente)
	2.º Ciclo	MCF (APNOR)	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e Instituto Politécnico de Viana do Castelo - (PT)	2007	2008	Implementado
	2.º Ciclo	MLOG (APNOR)	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; Instituto Politécnico do Porto e Instituto Politécnico de Viana do Castelo - (PT)	2007	2008	Implementado
ESTIG+EsACT +ESSa	2.º Ciclo	MGO (APNOR)	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; Instituto Politécnico do Porto e Instituto Politécnico de Viana do Castelo - (PT)	2007	2008	Implementado
ESA+ESSa	2.º Ciclo	Farmácia e Química de Produtos Naturais	Faculdade Farmácia da U. Salamanca (SP)	2010	2010	Em acreditação
ESA	2.º Ciclo	Agroecologia	U. León (SP); U. Chapingo (Mx), U. Federal Reconcavo da Baiha (Br)	2011	2011	Plano acordado a enviar à A3ES em Outubro
ESSa	2.º Ciclo	Enf. Saúde Materna e Obstetrícia	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Viana do Castelo - (PT)	2010	2010	A Implementar
	2.º Ciclo	Desenvolvimento Humano e Saúde	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Instituto Politécnico de Viseu - (PT)	2010	2010	A Implementar

## 2.2 O Caso dos Mestrados APNOR

Enquadrado na filosofia de ensino superior preconizada pela Declaração de Bolonha, e legislada pelo Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março, o IPB em conjunto com os restantes 3 Institutos Politécnicos que constituem a Associação dos Politécnicos do Norte de Portugal (APNOR), propuseram 3 Mestrados no domínio das Ciências Empresariais: Gestão das Organizações (MGO), Contabilidade e Finanças (MCF) e Logística (MLOG). Estes surgiram como a vocação natural de instituições que ministram formação inicial profissionalizante neste domínio científico e que aposta na flexibilidade e na optimização dos recursos dos quatro Institutos Politécnicos da Região Norte<sup>3</sup>, como forma de potenciar a eficiência e a racionalidade dos seus serviços, ultrapassando os limites de actuação tradicionais de cada Instituto. É uma proposta inovadora, conjunta e singular, a um nível nacional, que assenta no facto de oito das Escolas de quatro Institutos Politécnicos<sup>4</sup> assumirem um compromisso de colaborarem na formação de mestres, aprofundando colaborações já existentes nesta área, mas agora consubstanciadas pela APNOR, e valorizando os recursos científicos e pedagógicos em favor da qualidade de ensino.

Assim, a estrutura curricular destes cursos, conducente ao grau de mestre, compreende três semestres lectivos, com uma duração de 18 meses, correspondentes a 100 créditos. O 1.º ano curricular contempla dois semestres lectivos, correspondendo a 60 créditos, com unidades curriculares das diferentes áreas de intervenção das áreas científicas nucleares dos cursos e unidades curriculares complementares em áreas interdisciplinares como a Economia, Matemática ou as Ciências do Comportamento Organizacional. A inclusão de unidades curriculares, que não as da área de especialidade do mestrado, pretendem consolidar a componente multidisciplinar que enriquece o currículo profissional e científico de um qualquer profissional. As unidades curriculares funcionarão em sistema modular para facilitar a mobilidade de docentes entre as instituições envolvidas neste projecto nacional. No 1.º semestre do 2.º ano curricular, os alunos realizarão um trabalho de investigação científica ou em ambiente profissional, com publicação dos resultados obtidos através da elaboração de uma dissertação de natureza científica ou de um relatório de estágio ou de projecto de natureza profissional, (<http://www.apnor.pt>; <http://www.ipb.pt>).

O mestrado em Gestão das Organizações entrou em funcionamento no ano lectivo de 2008/2009 e os restantes dois em 2009/2010. Este curso de mestrado oferece 3 ramos de especialização no 2.º semestre do 1.º ano curricular, a saber: Ramo de Gestão de Empresas, Ramo de Gestão Pública e Ramo de Gestão de Unidades de Saúde. De salientar que os 3 ramos apenas se encontram a funcionar no IPB, no IPCA funcionam os ramos de Gestão de Empresas e Gestão Pública, no IPVC e no IPP funcionam, apenas, os ramos de Gestão de Empresas e Gestão de Unidades de Saúde.

<sup>3</sup> Instituto Politécnico de Bragança (IPB), Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) e Instituto Politécnico do Porto (IPP).

<sup>4</sup> Escola Superior de Tecnologia e de Gestão, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, do IPB; Escola Superior de Gestão, do IPCA; Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Enfermagem e Escola Superior de Ciências Empresariais, do IPVC; Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, ambas do IPP.

Bolonha, e legislada  
tes 3 Institutos Poli-  
PNOR), propuseram  
MGO), Contabilidade  
de instituições que  
sta na flexibilidade e  
, como forma de po-  
as de actuação tradi-  
n nível nacional, que  
em um compromisso  
ntes nesta área, mas  
pedagógicos em favor

stre, compreende três  
réditos. O 1.º ano cur-  
unidades curriculares  
os e unidades curricu-  
nática ou as Ciências  
e não as da área de  
olinar que enriquece o  
urriculares funcionarão  
ições envolvidas neste  
um trabalho de inves-  
dos obtidos através da  
estágio ou de projecto

o lectivo de 2008/2009  
os de especialização no  
Ramo de Gestão Pública  
apenas se encontram a  
estão Pública, no IPVC e  
Inidades de Saúde.

stituto Politécnico de Viana do  
Comunicação, Administração  
stão, Escola Superior de Enfer-  
dade e Administração do Porto

Nas figuras seguintes apresenta-se a evolução do número de candidatos e respectivas matrículas, por mestrado, ramo de especialização, ano lectivo e Instituição.

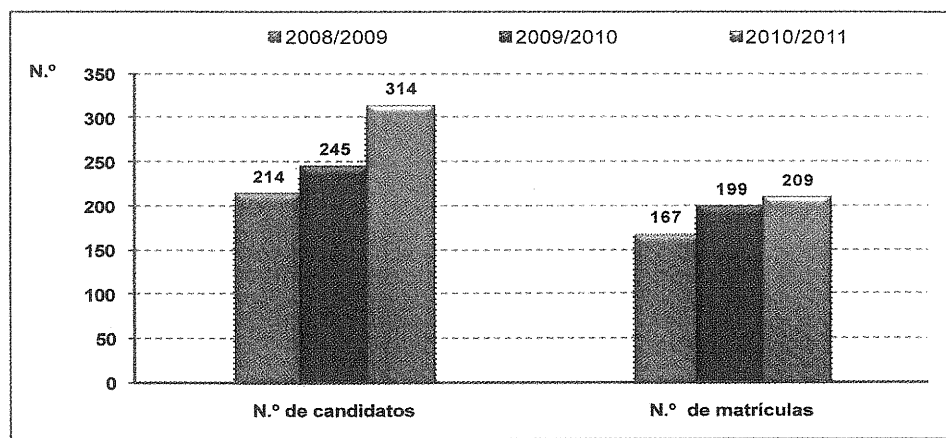


Figura 1: Evolução do n.º de candidatos e do n.º de matrículas para o MGO, por Ano Lectivo.

Pela leitura da figura anterior pode verificar-se uma crescente procura deste curso nos últimos de 3 anos lectivos, rondando uma média de 258 candidatos, correspondente a uma taxa de inscrição/matrícula de 75% das candidaturas que formalizam a inscrição. De referir que nos últimos 3 anos foram colocadas a concurso uma média de 225 vagas por ano.

Fazendo agora uma análise por instituição e por ano lectivo, pode observar-se que o IPB tem apresentado uma maior procura, ao longo dos 3 anos em análise, possivelmente fruto de ter em funcionamento os 3 ramos de especialização e uma menor concorrência 'geográfica' (as 3 outras instituições localizam-se num raio de distância não superior a 100 Km).

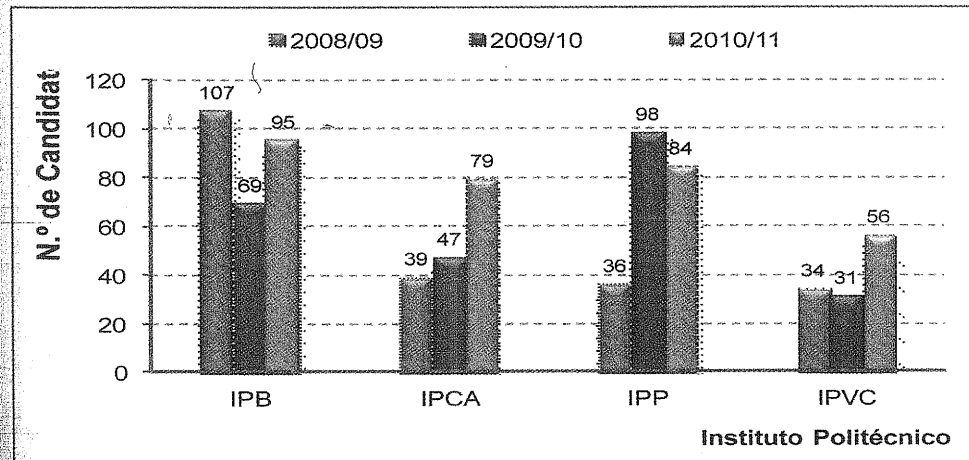


Figura 2: Evolução do n.º de candidatos para o MGO, por Ano Lectivo e por Instituição.

Analisando o número de matrículas efectivadas em todas as instituições registou-se um in-

cremento crescente, na sua generalidade (ver Figura 3). O IPB foi a instituição que apresentou um maior número de matrículas efectivas seguido do IPP. Contudo, todas as instituições apresentaram variações anuais positivas.

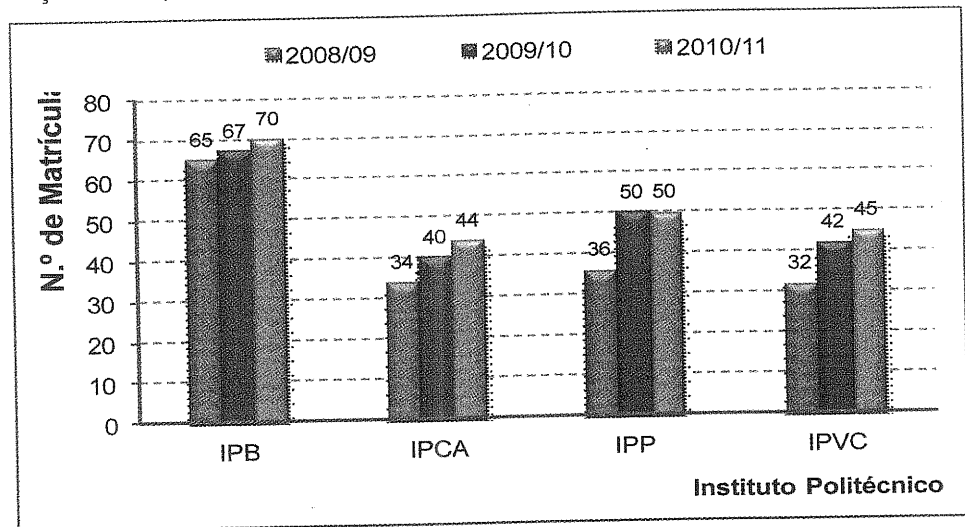


Figura 3: Evolução do n.º de matrículas para o MGO, por Ano Lectivo e por Instituição.

A Figura 4 mostra que os ramos de Gestão de Empresas e Gestão de Unidades de Saúde têm sido os ramos que apresentaram maior procura ao longo dos 3 anos lectivos. Mais uma vez o IPB tem apresentado valores satisfatórios comparativamente com os outros parceiros, salientando que a diferença entre o número de candidatos e matrículas, em cada ramo, é das mais diminutas.

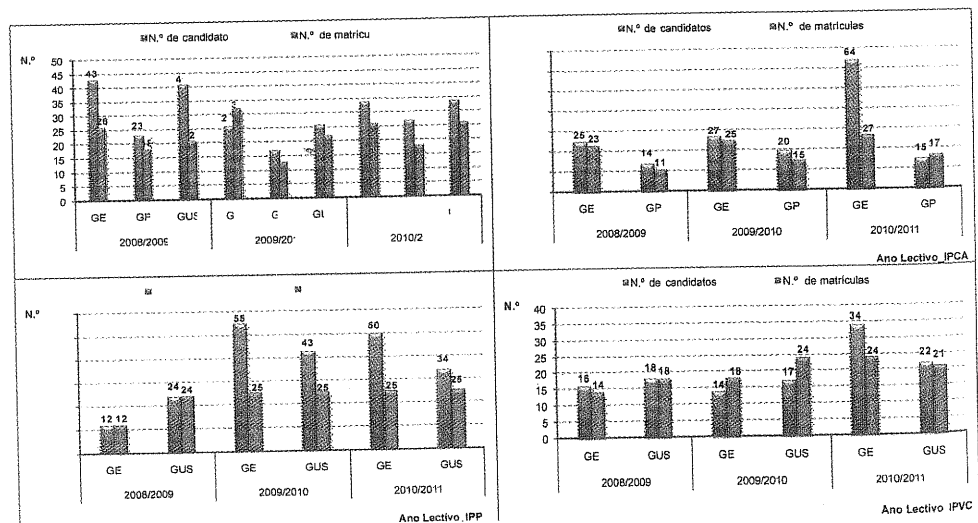
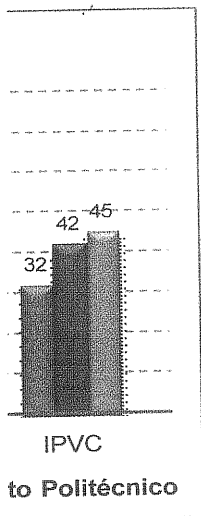


Figura 4: Evolução dos n.º de candidatos e matrículas para o MGO, por ano lectivo e por Instituição.

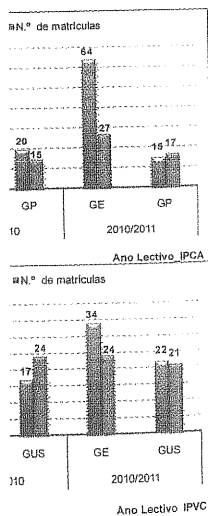
Relativamente ao Mestrado em Contabilidade e Finanças, este entrou em funcionamento no

que apresentou um  
ições apresentaram



stituição.

idades de Saúde têm  
. Mais uma vez o IPB  
ros, salientando que a  
ais diminutas.



o lectivo e por Institu-  
em funcionamento no

ano lectivo de 2009/2010, em 3 das Instituições que integram a APNOR, Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Pelos números apresentados na Figura 5 pode observar-se que existe uma coerência entre o n.º de candidatos ao mestrado e o n.º de matrículas, por ano lectivo e nas diferentes instituições.

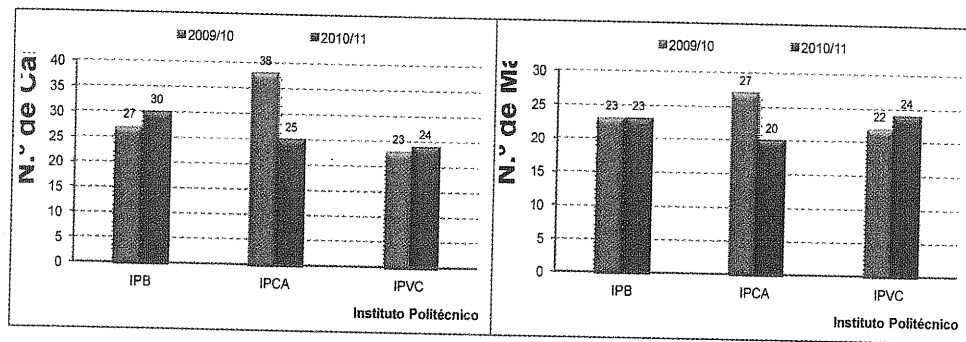


Figura 5: Evolução do n.º de candidatos e n.º de matrículas para o MCF, por ano lectivo e por Instituição.

Passando agora para uma análise ao Mestrado em Logística (Figura 6), também este oferecido por todos os Institutos Politécnicos que integram a APNOR, desde o ano lectivo de 2009/2010, pode verificar-se que o mesmo, comparativamente com os mestrados analisados anteriormente, não tem tido uma grande procura por parte do mercado. Observa-se ainda, pela leitura dos números apresentados na figura seguinte, que o mesmo só tem tido candidatos apenas nos Institutos Politécnicos do Porto e de Viana do Castelo e que no ano lectivo de 2010/2011 embora tendo-se registado algumas candidaturas o mestrado não funcionou porque não atingiu um limite mínimo de matrículas (16 matrículas).

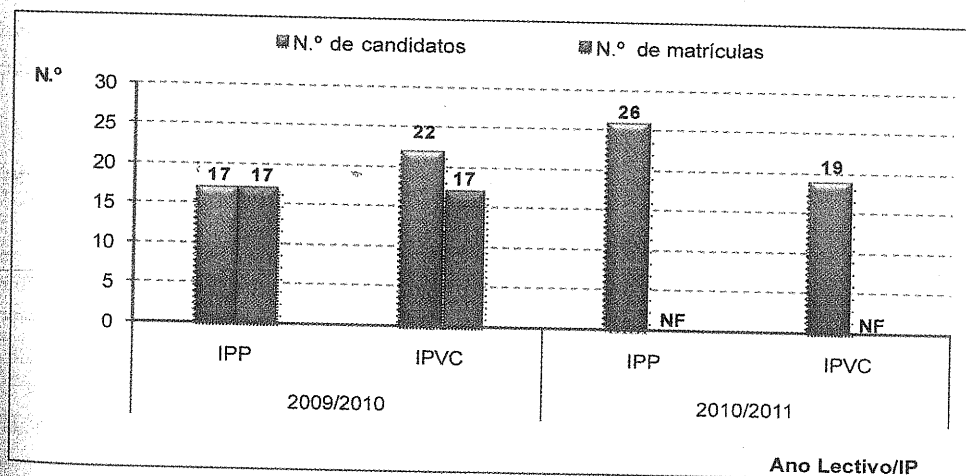


Figura 6: Evolução do n.º de candidatos e n.º de matrículas para o MLOG, por ano lectivo e por Instituição.

Em forma de síntese e pela análise apresentada, no presente ponto, pode mesmo dizer-se que

o facto de o IPB oferecer cursos do 1.º ciclo e do 2.º ciclo em conjunto com outras instituições do Ensino Superior, nacionais e internacionais, permitiu que o mesmo conseguisse ter uma atitude inovadora para melhorar a cooperação inter-institucional, a uma escala nacional e internacional, e mesmo ter uma visão integradora de todo o sistema educativo, pelo que se colocou na vanguarda das reformas do Processo de Bolonha.

### 2.3. Dificuldades Encontradas na Implementação dos Programas

Dificuldades para estudantes e instituições surgem na implementação de programas conjuntos. A seguir apresentam-se algumas das dificuldades que se consideram ser transversais à elaboração e implementação de ciclos de estudos conjuntos e que foram sentidas e vividas aquando da preparação e efectivação dos ciclos de estudos apresentados nos pontos anteriores, sendo elas:

- Existência de países que ainda não aderiram ao Processo de Bolonha (diplomas multinacionais);
- Articulação da Legislação dos diferentes países envolvidos;
- Articulação da organização e funcionamento interno de cada uma das instituições/escolas envolvidas;
- Harmonização das diferentes visões para elaborar a proposta do plano curricular do curso de formação
- Harmonização e gestão dos aspectos burocráticos administrativos;
- Língua em que é ministrado o curso de formação (diplomas multinacionais);
- Mobilidade de docentes e discentes;
- Disponibilidade, afectação e gestão de recursos financeiros, materiais e humanos.

Para que estas dificuldades sejam ultrapassadas existe a necessidade de que as instituições reconheçam a legislação vigente no sentido de promoverem estas cooperações como um caminho de referência para melhorar a qualidade da cooperação multilateral entre as Instituições de Ensino Superior e reforçar o grau de convergência das qualificações do ensino superior.

### 3. Oportunidades de Desenvolvimento de Implementação de Parcerias com IES de Países de Língua Portuguesa e o IPB

Na sequência de diferentes programas existentes para a formação conjunta entre Instituições de Ensino Superior, Nacionais e Estrangeiras, também é objectivo dos programas fomentar o desenvolvimento de recursos humanos e a capacidade de cooperação internacional de IES de países terceiros, através da implementação de fluxos de mobilidade entre a União Europeia e esses países. Deste modo, vêem-se como oportunidades de desenvolvimento de implementação de parcerias entre IES de Língua Portuguesa e o IPB as que a seguir se apontam:

- Exportação dos cursos de formação (1.º e 2.º Ciclos);
- Experiência adquirida na elaboração e implementação de graus conjuntos;
- Quadro de Pessoal Qualificado em diferentes áreas científicas;

- Língua materna comum;
- Elevada procura dos cursos de formação do IPB, por parte de estudantes dos países de Língua Portuguesa.

Estas oportunidades emergem da sequência de alguns resultados favoráveis para o IPB e que se passam a descrever:

- Elevada adesão de candidatos, para frequência do curso (caso APNOR);
- Oferta de conteúdos programáticos idênticos, permitindo formação harmonizada e semelhante, em diferentes espaços;
- Formar profissionais com perfis análogos que respondam eficiente e eficazmente aos novos desafios na competitividade das organizações, públicas e privadas;
- Enriquecimento da formação académica e pessoal dos discentes, pelo contacto com diferentes métodos de aprendizagem e investigação, num contexto multicultural e, eventualmente, multinacional;
- Solidificação da competitividade das IES envolvidas e criação de sinergias nas vantagens comparativas e competitivas;
- Diplomas subscritos por todos os estabelecimentos de ensino envolvidos.
- Pelo apresentado verifica-se a existência de um rol de possibilidades que podem ser desbravadas e colocadas em prática e que num contexto global permitem que as IES sejam mais competitivas.

### Considerações finais

Com o presente artigo pretendeu-se descrever, de uma forma suportada, algumas experiências desencadeadas no seio do Instituto Politécnico de Bragança sobre o estabelecimento de parcerias com IES, do espaço nacional e europeu, para a atribuição de graus académicos conjuntos e criação de planos curriculares de 1.º e 2.º ciclo de estudos.

Pelo apresentado pode apurar-se que o estabelecimento de alianças 'estratégicas', o aproveitamento de oportunidades da legislação vigente e a motivação das IES, consegue-se garantir a sustentabilidade das cooperações, uma competitividade à escala mundial, a mobilidade de docentes e discentes e também a empregabilidade de diplomados.

### Agradecimentos

Este trabalho foi apoiado pelo Instituto Politécnico de Bragança. As autoras gostariam de agradecer aos Directores das Escolas do IPB, Directores e Sub-Directores dos ciclos de estudos (MGO, MCF e MLOG), por terem facultado os dados estatísticos que se trabalharam e apresentaram.

## Referências Bibliográficas

Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março.  
Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho.  
<http://www.apnor.pt>  
<http://www.jodee.eu>  
<http://www.ipb.pt>